

CANAL DO SERTÃO: SOBREPOSIÇÃO SOBRE TERRITÓRIOS INDÍGENAS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS SOBRE O POVO KARUAZU

*THE "SERTÃO" CANAL: TRANSPOSITION OF INDIGENOUS TERRITORIES - SOCIOECONOMIC
EFFECTS ON THE KARUAZU PEOPLE*

Jorge Luiz Gonzaga Vieira

Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); formação acadêmica em Filosofia (FJP/RJ) e Teologia (PUC/RJ), e mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS); doutorando Université Stendhal Grenoble 3 (França). Membro do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e professor do Centro Universitário Cesmac.

Artigo recebido em 06/08/2016 e aceito em 25/01/2017

Resumo

O presente trabalho analisa a construção do Canal do Sertão sobre os territórios indígenas Geripankó, Katökinn e Karuazu, região do Alto Sertão de Alagoas, município de Pariconha. A obra tem como objetivo a captação de água no rio São Francisco e o abastecimento da maioria da população do Sertão e Agreste alagoano. A pesquisa estudou os impactos socioeconômicos no povo Karuazu, com cerca de 300 famílias vivendo nas comunidades de Tanque e Campinhos, visto que a obra atinge diretamente toda a extensão territorial reivindicada desde o ano 2.000 por esta população indígena. Em vista das condições sociais e econômicas do semiárido regional, a população é penalizada e obrigada todos os anos a se deslocar sazonalmente para trabalhar no cultivo da cana de açúcar na região da Mata, Estado de Alagoas. Com esta realidade e objetivando desmobilizar as manifestações, as empreiteiras contrataram o indígena para executar as tarefas preliminares, substituindo-o

posteriormente por mão-de-obra externa. A obra deixou, como consequências imediatas, os trabalhadores indígenas desempregados e obrigados a se deslocarem o Sudeste do Brasil em busca de frentes de trabalho; o processo de demarcação do território paralisado; e, com a valorização da terra, despertou a especulação imobiliária e fortaleceu o agronegócio na região; internamente, as comunidades ficaram enfraquecidas com a desagregação social e a precarização econômica. Com tudo isso, a política desenvolvimentista do governo Federal deixou de cumprir os direitos constitucionais dos povos indígenas, especialmente a demarcação do território Karuazu. Por fim, o artigo analisa o processo de resistência indígena e a ação do Estado brasileiro, os impactos socioambientais nos territórios indígenas e a ausência de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas diretamente afetados.

Palavras-chave: Populações Indígenas; Karuazu; Território; Canal do Sertão; Efeitos socioeconômicos.

ABSTRACT

The present work analyzes the construction of the Sertão Canal over the Geripankó, Katökinn and Karuazu indigenous territories, in the Alto Sertão region of Alagoas, in the municipality of Pariconha. The project aims to capture water in the São Francisco River and supply the majority of the population of Sertão and Agreste of Alagoas. The study studied the socioeconomic impacts on the Karuazu people, with about 300 families living in the communities of Tanque and Campinhos, since the work directly affects all the territorial extension claimed since the year 2000 by this indigenous population. In view of the social and economic conditions of the regional semi-arid region, the population is penalized and obliged every year to move seasonally to work on sugarcane cultivation in the Mata region of the State of Alagoas. With this reality and aiming to demobilize the demonstrations, the contractors hired the indigenous to perform the preliminary tasks, replacing it later by external labor. The work left, as immediate consequences, the unemployed indigenous workers and forced to move to Southeast Brazil in search of work fronts; The process of demarcation of the paralyzed territory; And, with the valorization of the land, aroused real estate speculation and strengthened agribusiness in the region; Internally, communities were weakened by social disintegration and economic precariousness. With all this, the development policy of the Federal government failed to fulfill the constitutional rights of indigenous peoples, especially the demarcation of Karuazu territory. Finally, the article analyzes the process of indigenous resistance and the action of the Brazilian State, the socio-environmental impacts in the indigenous territories and the absence of prior, free and informed consultation of the indigenous peoples directly affected.

Keywords: Indigenous Populations; Karuazu; Territory; Canal do Sertão; Socioeconomic factors.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção do Canal do Sertão sobre os territórios indígenas e suas consequências socioeconômicas nos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca, Inhapi e Pariconha, no Estado de Alagoas, particularmente o do povo Karuazu.

A obra é projeto implantado pelo governo Federal, que tem como objetivo atender ao abastecimento de água para

32 municípios do Estado de Alagoas, com uma população estimada de 62 mil famílias, em um percurso de 250 km.

O avanço da construção tem provado profundas inquietações sobre a população local, principalmente no que se refere à manutenção e gestão da água. Além desta realidade, recai sobre os povos indígenas a completa anulação de sua existência como populações etnicamente diferenciadas e como sujeitos detentoras de direitos, em completo confronto ao que preconiza a

Constituição Federal do Brasil, em seus artigos 231 e 232.

Em consequência do não cumprimento dos direitos constitucionais, o povo Karuazu, por encontrar-se exatamente às margens do projeto, vem sofrendo com os impactos da construção sobre o território reivindicado, com a sua população migrando para as metrópoles brasileiras em busca de emprego, a supervalorização do hectare da terra e desrespeito aos direitos constitucionais.

1. Povoamentos: ocupação, espoliação e reterritorialização

O povoamento das Américas, segundo estudos históricos e antropológicos recentes, mesmo considerando as mais diversas teorias sobre a sua origem e os caminhos percorridos, indica que ocorreu através do Estreito de Bering por onde os primeiros grupos humanos se constituíram na população originária do chamado “Homem Americano”, pertencentes às frações de Esquimós e Mongóis, como também de outras migrações oceânicas através do Pacífico. Segundo Moacyr Soares Pereira (2000, p. 29), “os povoadores oceânicos agruparam-se nas duas zonas continentais: a alta, dos Andes a oeste; e a baixa, a oriental, compreendendo principalmente o Brasil”.

Na área brasileira foram se constituindo ao longo dos séculos, ocupando florestas e rios, os troncos culturais e as famílias dos troncos linguísticos Tupi, Tupi-Guarani, Macro-Jê, Aruack, Karib, Aruwa, Tukano, Maku e Yanomami, dentre outros subgrupos menores e isolados.

Em Alagoas, como uma das maiores populações indígenas, foi identificado o povo Caeté (Kaeté), de língua tupi, que ocupava a região litorânea do Nordeste brasileiro entre a Ilha de Itamaracá e a foz do rio São Francisco da então Província de Pernambuco.

Além do povo Caeté, encontrava-se registrado em documentos históricos e, depois da emancipação política de Alagoas em 16 de setembro de 1817, nos relatórios anualmente apresentados pelos presidentes na Assembleia Provincial, a presença de outros grupos indígenas que circulavam ou viviam em terras alagoanas.

Com a ação dos colonizadores e da evangelização, os territórios anteriormente ocupados pelos indígenas foram tomados, provocando a sua espoliação, escravização e dispersão da maioria dos grupos.

No Relatório do Governo Provincial dirigido à Assembleia Legislativa das Alagoas, em 13 de junho 1862, pelo Bacharel Manoel Lourenço da Silveira, afirma: “nada originalmente consta dos arquivos públicos sobre o facto anterior da instituição de aldeamentos dos índios, ora existentes”. (Apud ALBUQUERQUE, 1984, p. 16). Logo em seguida, no mesmo documento-relatório, reconhece a existência de 8 aldeias indígenas: Jacuípe, Cocal, Urucú, Limoeiro, Santo Amaro, Atalaia, Palmeira dos Índios e Colégio ou Porto Real.

Oficialmente, a extinção dos aldeamentos indígenas (JÚNIOR, 2013) foi decretada em 1872, sendo as terras

transferidas para particulares e para o patrimônio público. Apesar disso, os grupos indígenas continuaram existindo e reivindicando os seus direitos, como atesta o professor e estudioso Clovis Antunes:

Apesar de serem extintos os aldeamentos na Província das Alagoas pelos anos idos de 1872, os índios das Aldeias de Porto Real do Colégio e de Palmeira dos Índios sempre lutaram pelo reconhecimento dos seus direitos, especialmente pela posse das suas terras. (Op. cit., p. 9).

Observa-se que há mais de 500 anos as populações indígenas do Nordeste foram colocadas diante de projetos estranhos às suas culturas, organizações sociais, políticas, econômicas e religiosas, expulsas de forma violenta de seus territórios tradicionais e obrigadas permanentemente a se deslocarem para outras regiões em busca de outros espaços e localidades.

1.1 Etnias indígenas de Alagoas

Vítimas da espoliação territorial, guerra, migração, despovoamento de população, Kariri-Xokó (Porto Real do Colégio), Xucuru-Kariri (Palmeira dos Índios), Karapotó (São Sebastião), Tingui-Botó (Feira Grande), região do Agreste; Aconã (Traipu), Médio São Francisco; Wassu-Cocal (Joaquim Gomes), Zona da Mata; Geripankó, Karuazu e Katökinn (Pariconha), Koiupanká (Inhapi) e Pankararu (Delmiro Gouveia), no sertão de Alagoas, carregam na memória histórica a perseguição e o

confinamento dos antigos aldeamentos missionários, acompanhados de resistência e negociação. Agregados em pequenas glebas e submetidos ao convívio com etnias de diferentes estruturas sociais, sofreram com conflitos interétnicos, divisão do aldeamento em lotes e, como consequência, a dispersão e o êxodo de grupos familiares no século XIX.

Até a década de 1980, eram reconhecidos os povos Kariri-Xokó e Xucuru-Kariri. Os outros grupos, impulsionados pela redemocratização do Brasil e pelas mobilizações indígenas no Nordeste, ocorreu o ressurgimento de etnias, reivindicando o reconhecimento da identidade etnicamente diferenciada e os direitos constitucionais. Esse fenômeno tornou-se conhecido como etnogênese – movimento construído e conduzido por grupos indígenas considerados extintos oficialmente, em busca de espaço para demonstrar e expressar as diferenças étnicas em relação à população do entorno e, assim, poder cobrar o reconhecimento dos direitos constitucionais.

1.2 Indígenas de Alagoas: luta política e resistência étnica

Em Alagoas, ao longo de muitas décadas, as lideranças indígenas lutam pelo reconhecimento étnico e garantia dos direitos históricos dos seus povos, principalmente pela demarcação definitiva dos territórios tradicionais.

Durante a abertura política, no Brasil, a partir da década de 1970, os

movimentos sociais, organizações populares e partidos de esquerda começaram a se fortalecer e ter papel importante na reconstrução da democracia. Neste contexto, com o apoio da Igreja Católica, organizações da sociedade e professores universitários, os povos indígenas fortaleceram suas organizações e articulações interétnicas.

2. Processo de ressurgimento étnico: do anonimato ao ressurgimento étnico

2.1 Kariri-Xokó: símbolo de resistência

Os colonizadores tomaram a terra dos kariri-xokó, mas não conseguiram destruir a cultura e a religião. Fixaram-se no município de Porto Real de Colégio, a 170 km de Maceió, atualmente com uma população de 2,3 mil pessoas, organizados em cerca de 400 famílias.

Os kariri-xocó têm origem em variantes de outros povos. Os kariri fazem parte da grande nação Kariri – Confederação Kariri – que ocupava a região onde hoje estão localizados os estados nordestinos da Bahia ao Ceará. Nas margens do Rio São Francisco, esses povos mantiveram o ritual indígena em estreita ligação com o povo Fulni-ô, Município de Águas Belas, Estado de Pernambuco. Ainda hoje, mesmo encurralados pela cidade, praticam os costumes religiosos nos finais de semana e durante quinze dias no mês de janeiro de cada ano. Nesses períodos, todos os indígenas se voltam para o Ouricuri, o lugar sagrado.

Enquanto que os Xokó viviam tradicionalmente entre os estados de Alagoas e Sergipe, nos municípios de Pão de Açúcar e Porto da Folha. Por não aceitarem a submissão aos fazendeiros, foram expulsos pelos coronéis invasores de suas terras e acolhidos pelos irmãos Kariri. Outros povos, quando eram perseguidos para lá, também corriam, a exemplo dos Karapotó, Pankararú, Tingui-Botó, Aconã e Fulni-ô.

Em 1979, já exausto de procurar uma solução que não vinha pela via administrativa e reivindicativa, retomaram a Fazenda Modelo. Em 94 retomaram o Cercado Grande. Da área tradicional de 7.200 hectares, 700 hectares estão na posse indígena através de retomadas. O atual relatório de identificação reduziu o território tradicional para 4 mil hectares, encontrando-se paralisado na justiça em decorrência de contestações por parte de fazendeiros e posseiros.

O povo que trabalhava com cerâmica e pesca foi obrigado a mudar os costumes. Sem o barro e o peixe no rio, luta pela demarcação da terra para desenvolver a agricultura, possibilitando a continuidade física e cultural.

2.2 Xucuru-Kariri: história de resistência e perseguição

O povo Xucuru-Kariri está localizado no município de Palmeira dos Índios, a 135 km de Maceió, tem uma população estimada em três mil pessoas, organizado nas comunidades Coité, Boqueirão, Fazenda Canto, Mata da

Cafurna, Cafurna de Baixo, Amaro e Capela. O território tradicional é de 36 mil hectares, que tem a catedral de Nossa Senhora do Amparo ao centro.

Habitante histórico dessa região foi expulso de seu habitat pelos colonizadores. Com a presença dos primeiros colonizadores, em 1770, com a chegada de Frei Domingos de São José, viu seu patrimônio territorial e a sua cultura serem invadidos e negados pela população urbana, fazendeiros e pequenos posseiros. A presença do homem branco provocou perdas irreparáveis para essa população indígena. Com isso, o tecido social, político, econômico, cultural e religioso foi desestruturado.

500 anos de espoliação, a população indígena Xucuru-Kariri sonha e luta para ter seu território e conquistar todos os seus direitos.

2.3. Wassu: resistência e luta

No início dos anos oitenta foi oficializado como Wassu com a conquista de 2.780 hectares como parte do território tradicionalmente ocupado pelos indígenas, localizado no município de Joaquim Gomes, a 70 km de Maceió. Está organizado em 500 famílias, com uma população estimada em três mil pessoas. A maioria vive da agricultura de subsistência e do trabalho assalariado; algumas famílias coletam frutas no período da safra para fabricar doces e/ou para vender aos viajantes que passam pelo BR 101-Norte; outras fazem peças artesanais e alguns são funcionários públicos.

Até hoje o território demarcado continua invadido por usineiros e fazendeiros. O que restou a eles foi a vida de boia-fria, trabalhando nas usinas da região como cortadores de cana, vaqueiros ou morando nas periferias da capital.

Mas não se deixaram dominar, mantiveram a cultura e costumes. No final da década de 70, articulados outros povos indígenas e com o apoio da Igreja Católica, retomaram a luta pelo reconhecimento étnico e demarcação da terra.

A resistência é a arma que faz o povo continuar na luta para conquistar todo o território, por melhoria das condições de vida da população e na construção de uma política de saúde e educação diferenciada, com respeito aos costumes e história.

2.4. Tingui-Botó: luta para manter a identidade indígena

O grupo indígena Tigui-Botó é um subgrupo dos Kariri da região de Porto Real do Colégio, conforme mostram os registros históricos realizados por Duarte e Hohenthal. O curandeiro Kariri, João Botó, migrou com a sua família em 1940 da cidade de Porto real do Colégio para o sítio de Olho D'água do Meio, no município de Feira Grande. Nesse sítio, encontraram uma árvore chamada tiguí, a qual possuía folhas e cascas grossas que eram utilizadas na pesca por esse grupo. O nome desse grupo foi formado através da junção do nome da árvore tiguí com o nome do pajé Botó.

Em 1983, um grupo de servidores da FUNAI foi designado para proceder à delimitação das terras. Em 1984, a FUNAI intermediou a compra de porções das fazendas Boa Cica (30 hectares) e de Olho D'água do Meio (31,5 hectares) as quais pertenciam a Waldomiro Alves de Almeida. De posse desses 61,5 hectares, os índios não perderam tempo e iniciaram a sua ocupação com a construção de casas, criação de pequenos animais, plantio de milho, feijão, algodão, fumo, mandioca, inhame, batata doce, fumo para o próprio consumo e para fins de venda.

Em Feira Grande, cidade encravada no Agreste alagoano, a 140 km de Maceió, encontra-se o povo Tingui-Botó, onde 63 famílias (em torno de 300 pessoas) moram e trabalham em cerca de 200 hectares de terra. Oriundo das margens do São Francisco – não se sabe como e quando chegou –, há décadas, o patriarca Botó, que deu nome ao povo, resistiu com a sua família e permaneceu na região onde hoje é a aldeia, próximo ao povoado Olho D'Água do Meio.

2.5. Karapotó: terra e qualidade de vida

O grupo Karapotó está localizado no município de São Sebastião, 130 km de Maceió, e encontra-se organizado nas comunidades da Terra Nova e Plaki-ô, com uma população de 2.189.

Em 1987 e 1988 participou ativamente, no Congresso Nacional, para garantir na Constituição Federal os direitos indígenas. E, por Decreto governamental, garantiu parte do

território tradicional de 1.810 hectares. Mas somente em 1994, depois de muitos documentos entregues às autoridades nas viagens e mobilizações entre Maceió e Brasília, retomou parte da terra e a indenização para os posseiros.

Finalmente, o povo conquistou o domínio de 1.100 hectares. De boia-fria nas usinas da região, transportado em gaiolões das 3 horas da manhã até às 22h, as famílias estão trabalhando na própria terra, produzindo farinha, milho, arroz e amendoim.

2.6. Aconã: reorganização social

O grupo indígena liderado pelo cacique Saraiva possibilitou a formação do povo Aconã, até então residente na aldeia Tingui-Botó, em Feira Grande. Com a divisão, ambas as partes declararam que a limitação da terra fez com que tornasse o convívio, reprodução física e cultural inviabilizada.

Depois de muitas lutas, no dia dois de outubro de 2002, a Funai conseguiu a Fazenda Bom Jardim, no município de Traipu, uma área de 363 hectares. A situação jurídica da terra é dominial, sem pendência fundiária e judicial para o registro.

Os aconã estão organizados em vinte famílias e com uma população de 99 pessoas, liderados pelo cacique José Saraiva Irmão e o pajé Jose Reinaldo Campos. Na sua cultura, o ritual é o Ouricuri, realizado em um determinado espaço também chamado de Ouricuri. O pajé conduz os rituais sagrados e o

cacique se dedica aos assuntos materiais, administrativos e sociais da comunidade; o conselho tribal é composto por algumas famílias que ajudam o pajé e o cacique na tomada de decisões importantes da comunidade.

1.2.7 Geripankó: luta política e afirmação étnica

O povo Geripankó, entre os grupos descendentes de Pankararu, foi o primeiro a se organizar e reivindicar o reconhecimento no estado de Alagoas. Encontra-se a 314 km de Maceió, organizado nas aldeias Ouricuri, Araticum, Caraibeiras, Figueiredo, Engenho, Moxotó (Poço da Areia) e Tabuleiro.

Os mais velhos e descendentes continuaram participando dos rituais Pankararu, como a Corrida do Imbu, Puxada do Cipó, o Menino do Rancho, a dança dos Pássaros - dança dirigida por um homem ou mulher tradicionalmente designado (a) por um antepassado, onde 26 animais são incorporados e imitados por indígenas -, Praiás e os Encantados.

A relação de parentesco, o conhecimento e as práticas da religião dos Pankararu realizadas pela etnia Geripankó são os fundamentos da sua organização social e política. Tratados na região, até então, como caboclos do Ouricuri, no início da década de 1980, impulsionado pelo processo de redemocratização do Brasil e o apoio de lideranças de outros povos indígenas, as lideranças Geripankó se juntaram aos povos da região e reivindicaram o reconhecimento étnico e a demarcação do território. A situação da demarcação

da terra Geripankó encontra-se na fase de análise do levantamento dos dados antropológicos, em Brasília.

1.2.8 Kalankó: ressurgimento étnico e político

A etnia Kalankó - o termo kalankó tem sua origem em Pankararu e, também, segundo informação do pajé Antônio Preto, é uma referência ao calango, réptil que vive na região do semiárido, caçado pelos indígenas como complemento alimentar em períodos de seca -, é mais um grupo oriundo de Pankararu do Brejo dos Padres.

As primeiras famílias percorreram a mesma trajetória de Geripankó, juntaram-se aos parentes, e ocuparam a região de caatinga do município de Água Branca. Até então desabitada, formaram a comunidade que está localizada no extremo oeste do estado, espaço onde se encontra atualmente. O povo vive a 18 km do centro administrativo da cidade de Água Branca e a 340 km de Maceió, com uma população de aproximadamente 400 pessoas organizadas em 86 famílias, nas comunidades Januária, Quixabeira, Lajero do Coro, Gregório e Santa Cruz - está localizada no município vizinho de Mata Grande. (VIEIRA, 2011).

Por mais de um século, o grupo viveu no anonimato, assimilando as tradições católicas, vestimentas e formas de produção e se confundindo com o sertanejo, obrigado a dissimular a

identidade étnica e cultural. Segundo Herbertta,

Em julho de 1998 apareceram então para a sociedade do entorno pleiteando seus direitos no centro de Água Branca, o que repetem todos os meses de julho desde então. A partir de 29 de julho de 2001 surgiram para a imprensa nacional no jornal Tribuna de Alagoas, dançando e cantando o Toré, sua religião, afirmação de sua indianidade, hábito cotidiano de seu povo. Escancarando agora para os outros, sem medo, levantando a poeira do terreiro. (2003, p. 58).

A primeira celebração de aparecimento para a sociedade ocorreu no dia 25 de julho de 1998, com a participação de grupos organizados da sociedade não indígena, grupos de jovens da igreja católica, representantes de sindicatos, partidos políticos, imprensa e, ao final, foi encerrada com o ritual da missa, intercalada com cantos católicos e indígenas, ritualizada com os maracás tocados pelos praiás.

Anualmente, segundo o calendário religioso do povo, são realizadas duas celebrações religiosas que podem ser presenciadas pela sociedade não indígena: a noite do Sábado de Aleluia e Domingo de Aleluia ; e, em razão da festa do reconhecimento étnico, no dia 25 de julho, em memória da luta política pela afirmação étnica, com a participação dos Geripankó, Karuazu, Katökinn e Koiupanká. (VIEIRA, 2009).

Em relação à demarcação da terra, depois de muitas pressões junto à FUNAI, resultado da divulgação nos

meios de comunicação e de mobilização com os povos da região, o Grupo Técnico (GT) Kalankó foi criada em 2011, sob a coordenação do antropólogo Alexandre Herbertta. No momento, o relatório encontra-se na fase de análise dos dados do trabalho de campo, em Brasília.

2.9 Karuazu: resistência mística

O grupo Karuazu é composto de 280 famílias, com 955 pessoas, vivendo atualmente nas aldeias Campinhos e Tanque. Desde o final do século XIX, encontra-se confinado em uma pequena gleba de terra herdada dos antepassados adquirida através de compra, no município de Pariconha, Alagoas, a 315 km de Maceió.

Mantém o calendário religioso de acordo com a tradição Pankararu. Por motivos religiosos e políticos, a população se dividiu em torno das lideranças de Antônio dos Santos, pajé de Campinhos, e Edvaldo Soares de Araújo, cacique de Tanque. Com a autorização dos anciãos e com o apoio das lideranças do cacique Genésio Miranda e do pajé Elias Bernardo do povo Geripankó, o grupo decidiu assumir publicamente a identidade étnica no dia 19 de abril de 2000.

A partir daquela data, as lideranças Karuazu se juntaram com as lideranças dos outros povos de Alagoas e iniciaram a reivindicação pela assistência e demarcação do território.

Atualmente, devido aos impasses do processo de demarcação, os Karuazu vivem em situação precária, sobrevivendo da agricultura - quando

consegue arrendar um pequeno pedaço de terra para suas plantações; outros se deslocam para centros urbanos para exercer atividades de pintor, marceneiro e nas lavouras de cana de açúcar. Em razão disso, por um longo período, ficam longe de suas famílias e de suas tradições, das práticas dos seus rituais.

2.10 Katökinn: autonomia social e política

O povo Katökinn encontrava-se inicialmente organizado politicamente com o grupo Karuazu, mas suas lideranças decidiram assumir separadamente a identidade étnica, organizando uma festa que aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro de 2002. Organizado em cerca de 360 famílias, tinha as lideranças de Maria das Graças, mais conhecida por cacique Nina, e do antigo pajé Arvilino, que mobilizaram os membros da comunidade para lutar pelos direitos à saúde e educação e a demarcação da terra. Segundo o antropólogo Siloé Amorim, “os Katökinn se auto-reconhecem e são reconhecidos pela sociedade local como indígenas”.

O povo segue a tradição Pankararu, com os rituais a Flechada do Imbu, as Corridas do Imbu, a Puxada do Cipó, a dança dos Praiás, o toré, Menino do Rancho, a Mesa, o Prato e o Rei dos Peixes.

Em razão da morosidade dos órgãos governamentais responsáveis pela regularização dos territórios indígenas, famílias Katökinn se reuniram e acamparam, em 2009, em uma parcela

do território reivindicado, próxima à aldeia, como forma de pressionar o governo Federal no cumprimento das etapas de demarcação da terra indígena. Por decisão da Justiça Federal, no dia dois de dezembro de 2010, as famílias foram despejadas da fazenda Chico Quelé com a intervenção da Polícia Militar.

A jornalista Patrícia Bastos do jornal Gazeta de Alagoas, em sua reportagem “Índios são obrigados a deixar fazenda”, escreve: “Um ano e meio depois da retomada da Fazenda Chico Quelé, os índios da aldeia Katoquim, de Pariconha, tiveram ontem que deixar suas casas e as roças que mantinham em seus quintais. A Polícia Federal, com o apoio do Centro de Gerenciamento de Crises da Polícia Militar, deram cumprimento do mandado de reintegração de posse concedido pela Justiça Federal em favor de Carmélia Maria Feitosa, que declara ser proprietária das terras”. (GAZETA DE ALAGOAS, 2010, p. A17).

Além da perda de terreiro, a seca é um problema marcante na vida da população, com baixo índice pluviométrico não ultrapassando 700 mm\anuais distribuídos durante quatro meses; entre dezembro e março praticamente não chove e, conseqüentemente, quase não houve plantio, e, com isso, faltou o umbu, e outros alimentos necessários para a sustentabilidade das famílias; afeta ainda a criação de animais, restando pouquíssimas regiões onde ainda pode plantar e criar, já que a pesca artesanal quase desapareceu. Possuindo um açude dentro de seus limites territoriais,

reivindicam para que seja de uso exclusivo dos indígenas, pois asseguraria melhor chances de sobrevivência, além do envolvimento social em mais uma atividade econômica. Estando situados numa área do semiárido, com uma vegetação xerófila, não lhes restam muitas oportunidades.

Para o reconhecimento territorial, em 2004 as lideranças indígenas reivindicaram da FUNAI a constituição do Grupo de Trabalho (GT), que foi enviado em 2007. O estudo foi realizado, apresentando insuficiência na sustentação de evidências da tradicionalidade da terra.

Entretanto, Nina Katökinn afirma que realmente a terra pertence a eles, desde a fonte do Olho D'Água de Baixo ao Curral do Boi, do umbuzeiro doce até a linha de ferro. Essas marcações são históricas e foram repassadas pelo seu pai.

2.11 Koiupanká: construindo a etnicidade

Nos dias 11 e 12 próximos (2001), no município de Inhapi, alto sertão alagoano, a 260 km de Maceió, foi realizada a festa de apresentação de mais uma etnia indígena. O povo Koiupanká é formado por cerca de 200 famílias, organizado nos aldeamentos Baixa Fresca, Baixa do Galo e Aldeia Roçado - centro de reuniões e decisões políticas, onde fica o terreiro onde são realizadas as atividades religiosas. As comunidades estão localizadas no município de Inhapi, sertão de Alagoas,

enquanto há outras famílias do grupo que, por falta de espaço, se encontram morando em serras, periferias e grandes centros urbanos do país.

Com o domínio dos coronéis sobre a região, as famílias perderam as terras e foram transformadas em mão de obra para as fazendas e, em períodos sazonais, nas usinas de cana de açúcar na condição de boias-frias. Em consequência da perda da terra, com o avanço agropastoril e o crescimento das vilas, começaram a sofrer pressão e violência por parte da população do entorno.

2.12 Pankararu: começando uma nova trajetória política

Em 20013, mais um grupo indígena aparece para a sociedade alagoana reivindicando o reconhecimento étnico e os direitos garantidos na atual Constituição Federal do Brasil. O grupo se autodenomina Pankararu, localizado no município de Delmiro Gouveia, com aproximadamente 103 famílias e uma população de 306 membros, dispersos pela periferia e comunidades da região, ocupando-se em trabalhos e serviços para suprir as necessidades familiares.

O primeiro terreiro foi fundado pelos indígenas pankararu, conhecidos por Sebastião do Toré e Luiz Cipriano, em Craibeirinhas; existem outros em áreas mais afastadas da cidade, próximo ao rio São Francisco, com objetivo de ocultar a cultura e a religião, devido às perseguições enfrentadas desde a saída da aldeia Brejo dos Padres, em Tacaratu, estado de Pernambuco.

Segundo Zennus Dinys, membro do Conselho Indigenista Missionário, em Alagoas, em 2011, por ocasião de um encontro organizado por alunos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Delmiro Gouveia, as lideranças Edson Cavalcante e Vicente Capucho o procuraram afirmando ser indígena e buscavam o apoio das entidades para fortalecer a luta pelo reconhecimento dos direitos junto aos órgãos governamentais. No dia 22 de agosto de 2013 foram até à aldeia do Brejo dos Padres para conversar com os parentes Pankararu, com o objetivo de ter o reconhecimento dos anciãos.

Durante os últimos anos, as lideranças indígenas e as comunidades têm dado continuidade à mobilização e articulação política com as entidades não governamentais e órgãos públicos municipais, estaduais e federais com o objetivo de garantir a assistência em saúde e educação, e, principalmente, a demarcação do território.

3. Reterritorialização dos povos indígenas de Alagoas

Para compreender o processo de reterritorialização posto em curso pelas populações tradicionais do sertão de Alagoas ao longo dos últimos dois séculos, requer a definição de conceitos que perpassam a realidade social e o imaginário indígena. Visto que, para esses povos, o espaço não se resume às condições físicas e geográficas, mas inclui também a construção de imagens, símbolos e do imaginário constitutivos de suas culturas. A construção e a

estrutura simbólica de um povo perpassam sua cosmologia.

Para Aracy Lopes da Silva (1988, p. 95), cosmologia é: “teorias do mundo. Da ordem do mundo, do movimento do mundo, no espaço e no tempo, no qual a humanidade é apenas um dos muitos personagens em cena”. Neste sentido, a cosmologia define o lugar da humanidade no cosmo e expressa as concepções sobre a natureza, a humanidade e os deuses, revelando as interdependências e reciprocidades entre os diversos personagens. Constroem-se e reconstroem-se ao longo do tempo, dialogando sobre as alterações trazidas pelo fluir do tempo, pelo circular em novos espaços, pelo contracenar com novos atores (BRAND, 2003).

Para Jesús Azcona (1993, p. 204), “cada sociedade aprende a construir seu próprio tempo e seu próprio espaço, numa palavra, seu mundo [...] Deuses e heróis, antepassados e descendentes, mortos e vivos, a caça e a pesca, a semeadura e a colheita, as relações entre eles e com outros permanecem unidos nesse tempo e nesse espaço que derivam da relação do homem com as coisas”.

Para os povos indígenas, o meio objetivo é a territorialidade, o espaço de onde são construídas as reproduções simbólicas do imaginário, realizadas e concretizadas nas relações sociais, políticas, econômicas, religiosas, valores.

A luta pela recuperação dos territórios tradicionais significa refazer-se em suas culturas, religiões e suas formas de organizações sociais, como também as formas de resistência construídas e sua

tradições a partir da reelaboração e ressignificação dos rituais e da organização na recuperação do espaço perdido.

Os povos do Sertão ressurgem politicamente ligados aos terreiros e Encantados, mantendo a forma e a resistência de luta na conquista do direito à terra, à educação e à saúde. Essas conquistas estão ligadas diretamente ao processo de afirmação da identidade e fortalecimento da autonomia frente ao Estado nacional e à sociedade não indígena.

O emergir etnicamente dos povos indígenas em Alagoas, colocaram novas demandas políticas e acadêmicas até então ignoradas. O processo de etnogênese (OLIVEIRA, 2004) das populações indígenas remete ao Estado brasileiro construir novas bases de relacionamento com o diferente. E, à academia, cabe a tarefa de compreender corretamente o processo civilizatório do passado, a construção das várias formas de resistência ao longo da história e a formação do imaginário identitário indígena permanentemente reconstruído no presente.

4. Canal do Sertão: histórico e construção da obra

A problemática em torno da água é hoje motivo de disputas e debates políticos em nível nacional e internacional. No caso do Nordeste, uma demanda que remonta à época do Império, em razão do sertão de Alagoas encontrar-se encravado numa região do semiárido nordestino. Entretanto, a situação da

seca não é só um fenômeno da natureza, mas também resultado da intervenção humana.

É nesse contexto que nasceu em 1991 o projeto do Canal do Sertão, quando estava na presidência da República Fernando Collor de Mello e no governo de Alagoas, governador Geraldo Bulhões. O projeto do canal tem uma extensão de 250 km, com a captação da água no rio São Francisco até município de Arapiraca, atingindo o total de 32 municípios e uma população estimada em 62 mil famílias.

No caso do presente estudo, os povos indígenas estão na área do projeto, especialmente os municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca e Inhapi, onde estão os povos Pankararu, Kalankó, Geripankó, Karuazu, Katökinn e Koiupanká. É uma região do Estado de Alagoas inserida no médio São Francisco, espaço ocupado historicamente pelas populações indígenas, onde estão localizados os estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas, local de práticas religiosas, coleta, caça, pesca e agricultura.

Com o processo de migração desencadeado pelas frentes colonizadoras no século XIX, famílias pankararu partiram de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá partiram e se fixaram no oeste do atual Estado de Alagoas. É nessa região que o canal está sendo construído, implantado sobre os territórios reivindicados pelos povos indígenas do sertão.

4.1 Premissas dos Projetos

Segundo dado fornecido pela Secretaria de Agricultura Pesca e Aquicultura – SEAPA e pela Superintendência de Irrigação e Unidades Avançadas – SIUA, o projeto contempla socialmente:

Balanco Social Positivo; respeito à cultura produtiva local; a água como direito e instrumento de manutenção do homem no campo; incentivo ao empreendedorismo; respeito ao meio-ambiente; participação. (GOVERNO DE ALAGOAS, 2015).

4.2 Perímetros de irrigação

4.2.1 – Pariconha: situação atual: análise final do projeto executivo; área total do projeto: 6.270 há (3.796 ha – área total loteada); área total irrigada – 1.680 ha.

4.2.2 Delmiro Gouveia: situação atual: Elaboração do Projeto Executivo; área total do projeto: 6.200 há (2.500 ha – área total com aptidão); área total irrigada – 934 ha.

4.2.3 – Inhapi I e II: situação atual: Elaboração do Projeto Básico; área total do projeto: 6.660 ha (2.500 ha – área total com aptidão); área total irrigada – 934há.

4.3 Plano de desenvolvimento hidroagrícola das comunidades difusas da área de influência do Canal do Sertão alagoano:

Primeira etapa: Água Branca / Delmiro Gouveia / Pariconha: assentamentos beneficiados: 18; povoados beneficiados: 79; total de famílias beneficiadas: 8.330.

Segunda etapa: Inhapi / Olho D'Água do Casado / Piranhas: assentamentos beneficiados: 24; povoados beneficiados: 153; total de famílias beneficiadas: 5.869.

5. Impactos econômicos, culturais e sociais: demarcação do território Karuazu

A obra do Canal do Sertão é hoje uma realidade. Dentro do percurso planejado no Projeto, duas etapas já foram inauguradas, entrando para a terceira faze! Isso implica que o andamento só depende de liberação dos recursos federais. Para o ministro da Integração Nacional Gilberto Occhi, para a construção de 30 km e de duas adutoras, os recursos estão garantidos:

De acordo com o ministro, em recente audiência com o governador Renan Filho (PMDB), em Brasília, a União firmou o compromisso de repassar cerca de R\$ 100 milhões para o andamento das obras do Canal do Sertão e de duas adutoras que vão favorecer municípios do Alto Sertão e que há muito sofrem com a estiagem.(GAZETA DE ALGOAS, 2015).

Ao mesmo tempo em que a obra cria perspectivas de melhorias para a região do sertão, para os ribeirinhos, pequenos agricultores e indígenas da região, especialmente para o povo Karuazu, a construção do Canal provoca impactos de ordem social, cultural e econômico. Primeiro, onde era lugar de caça e de agricultura karuazu, território reivindicado para a demarcação, foi totalmente invadido e supervalorização economicamente o hectare. Em segundo

lugar, nem se quer os indígenas estão incluídos no processo de assentamento.

Conseqüentemente, os indígenas já sofrem com os impactos da obra, obrigados mais uma vez migrarem para os grandes centros urbanos em busca de empregos, emperra mais ainda o processo de identificação do território e avança na desestruturação social, política e econômica.

Considerações Finais

A partir dos dados oficiais do governo do Estado de Alagoas e as secretarias responsáveis pela condução da obra Canal do Sertão e da realidade dos povos indígenas localizados no Sertão de Alagoas, especialmente Karuazu, constata-se um frontal desrespeito aos direitos constitucionais, com também as consequências sociais, econômicas e políticas para a população indígena.

O povo Karuazu luta pela demarcação do seu território desde o ano 2000, encontrando-se até os dias atuais sem que o procedimento administrativo fosse iniciado. Em razão da omissão e conivência do poder Executivo, o projeto do Canal do Sertão foi realizado sobre o território reivindicado pelo povo indígena, e sem que a população karuazu fosse consultada previamente como prevê a Constituição.

Diante do não cumprimento das normas constitucionais, a população sofre com a falta de terra para produzido e reproduzir físico e culturalmente, provocando um grande processo de desagregação social e precarização econômica.

Referência

- ALBUQUERQUE, Clóvis Antunes Carneiro de. Índios de Alagoas – Documentário. Maceió, 1984.
- ALTAVILA, Jayme. História da Civilização das Alagoas. Maceió: Edufal, 1988.
- AZCONA, Jesus. Antropologia II - A cultura. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth, Petrópolis: Vozes, 1993.
- BRAND, Antônio. Biodiversidade, Sócio-diversidade e Desenvolvimento: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. In: COSTA, R. B. (org.). Fragmentação Florestal e Alternativa de Desenvolvimento Rural na Região Centro-Oeste. Campo Grande: UCDB, 2003.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.
- HERBERTTA, Alexandre Ferraz. Peles braiadas: modos de ser Kalankó. Recife: Editora Massangana, 2013.
- GAZETA DE ALAGOAS, 2010, p. A17.
- JÚNIOR, Aldemir Barros da Silva. Aldeando Sentidos – ao Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano. Maceió: Edufal 2013, volume XV.
- LEMOS, João R. Dom Fernandes Sardinha – Um bispo, Mártir, em Coruripe. Maceió, 2004.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A Viagem da Volta – Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- PEREIRA, Moacyr Soares. Índios Tupi-Guarani na Pré-História – suas invasões do Brasil e do Paraguai; seu destino após o descobrimento. Maceió: Edufal, 2000.
- SILVA, Álvaro Queiroz da. Episódios da História das Alagoas. 3ª ed. Maceió: Gráfica Moura Ramos, 2010.
- VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. História Kalankó na memória de uma experiência indigenista: confinamento, diáspora e resistência étnica de um povo. IN: Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder. Vol. 11. Maceió: Edufal, 2009.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva; tradução de Regis Barbosa e Karen E. Barbosa, 3ª edição, Brasília: UnB, 1994.